

A representação literária de Luanda – uma “ponte” entre Angola, Brasil e Portugal

Tania Macêdo

Se o mar foi a estrada líquida pela qual Portugal alcançou a notoriedade em função das rotas de suas caravelas que, repletas de sonhos de “dilatar a Fé e o Império”, transformaram o “salso argento” em caminhos de conquista, serão na verdade as instalações costeiras das cidades-porto que possibilitarão a concretização daqueles sonhos, na medida em que colocarão o território conquistado na dependência dos interesses da metrópole, transformando-o em *posse* portuguesa, em espaço inscrito na cultura ocidental a serviço de uma lei, de um rei, de uma Ordem.

Será portanto nas cidades fundadas nos territórios conquistados que se inscreverá a rede de signos que indica a conquista: da nomeação do espaço urbano ao traçado de suas ruas, do material utilizado nas construções aos logradouros onde se instalam os órgãos de governo, passando pelos produtos culturais ali produzidos, toda uma semiose presidirá à instalação e ao desenvolvimento da urbe colonizada, projetando a ordem colonialista em uma realidade física e cultural. As representações da Ordem ganham, pois, materialidade e tornam-se passíveis de serem lidas em suas variadas manifestações.

Com acuidade, Angel Rama aponta ser a cidade colonizada “um parto de inteligência” e, embora ela, nos seus primórdios, funcionasse, no espaço português apenas como *forte*, com real função defensiva, desde sua fundação revestiu-se dos signos do discurso colonizador, ou seja, o alargamento da Fé, do Império, ou, em outras palavras, da “Civilização” (a cristianização é encarada como um dever

de civilização, já que esta só poderia ser cristã!). Nesse sentido, conforme assinala o autor de *A cidade das letras*, (Roma, 1985, p.32)

“Não foi raro que os textos literários o transpusesse [o superior destino civilizador das cidades] ‘para o divino’, como fez no México, em fins do século XVI, o presbítero Fernán González de Eslava nos seus *Colóquios espirituais e sacramentais*: os sete fortes que uniam a cidade do México com as minas de prata de Zacatecas (...), se transformaram em nada menos que os sete sacramentos da religião católica”.

Do humano ao divino, do defensivo a foco de irradiação da civilização, toda uma operação de substituição e alargamento de funções recobriu o espaço urbano nos territórios conquistados.

Como ponto de cruzamento de discursos e “ponte” entre a metrópole e a colônia, a cidade fundada nos territórios conquistados não mantém, contudo, um perfil exclusivo. De acordo com o poder imperial e as relações de auto-consciência da colônia poderíamos traçar uma tipologia de alteração de seu “status”: primeiramente ela adquire a feição de *cidade portuguesa no além mar*, representação do “sonho de uma ordem” a que já aludimos. Nesse sentido, ainda que prevaleçam a precariedade das construções e a adversidade do meio, o modelo metropolitano impõe-se como paradigma da urbanização e, politicamente, qualquer movimento centrípeto nascido na colônia em relação ao poderio central é esmagado, pois tal atitude implica em ousar ir contra um sistema de valores com função econômica e política precisa, expresso em um conceito cultural, a civilização.

As realizações letradas dessa “cidade no além mar” serão o texto encomiástico e as “Memórias” ou Tratados sobre a terra. Ou seja, elabora-se o elogio do Rei ou do Administrador e/ou descrevem-se as formas possíveis de aumentar-lhe o poder. Sob esse aspecto, a natureza do país colonizado receberá atenção especial nessas produções que procurarão mirar a terra sob lentes ajustadas ao foco do lucro metropolitano.

Em um segundo momento, localizado a partir dos fins do século XVIII, teríamos a *cidade colonizada*. Suas ruas, instituições e representações simbólicas não ostentam mais o reflexo brilhante de Lisboa, pois começam a refratar um nativismo nascente. Ao mesmo tempo não se pode deixar à margem o fato de a metrópole, nesse instante, já não apresentar a face iluminada do poder imperial, pois tolda-lhe a luz a sua dependência explícita a outros centros.

Como forma de representação literária desse momento, teríamos o texto produzido pelo “português de segunda”, conforme terminologia usada pelos metropolitanos em relação aos seus patrícios brancos nascidos já em território colonizado. São textos bifrontes que trazem a marca da cor local, com enaltecimento

da natureza da colônia mas os olhos postos no receptor europeu – já que ainda é incipiente o público local. Explicitam assim uma simpatia para com o território colonizado e suas gentes, mas revelam as contradições do produtor letrado.

O terceiro movimento que identificaríamos na trajetória das mudanças de “status” dessa cidade é a sua inserção em uma nova ordem, não mais colonialista, pois a colônia começa a tornar-se sujeito de sua história. Iniciam-se aqui os movimentos em prol da autonomia, ainda que incipientes, e os letrados engajam-se decisivamente neles. Esse momento engendra uma literatura tendente a negar os modelos tecno-formais do colonizador e funda-se uma nova escrita, cujo traço singularizador é a proposta de nacionalismo: no vocabulário, nas situações retratadas, no novo ângulo com que é focalizada a relação colônia/metrópole. E, se no caso do Brasil, a natureza foi a forma de auto-afirmação dos românticos no movimento da independência de Portugal, em África, será a *cidade re-criada*, a partir de sua face africana e não mais europeia, que será a mola propulsora de uma literatura nacional.

Uma cidade, várias leituras

Dentre as numerosas cidades fundadas às margens do “Mar Português”, escolhemos aportar em Luanda, capital de Angola, em função da exemplaridade de seu processo de mudança de “status” ao longo de sua história.

Acompanhar, todavia, sua trajetória, excederia os limites desse trabalho e, destarte, optamos por trilhar os caminhos da representação literária da Luanda contemporânea, mais precisamente de textos produzidos entre os anos 1960 e 1980, em Angola, Brasil e Portugal, por entendermos que nesse lapso de tempo, mais que em nenhum outro, a cidade identifica-se com o desejo nacional angolano de cidadania e liberdade e torna-se, nessa medida, suporte de numerosos discursos¹.

Ora, estamos cientes que interrogar os discursos que se tecem à volta de uma mesma cidade em três sistemas literários diversos, ainda que em uma mesma língua – como é a nossa proposta –, implica em grandes exercícios de re-leituras, pois há que se refazer, inversamente, o trabalho do artesão e, delicadamente, desatar os nós e pontos com que se tramam as imagens, deixando à vista apenas o risco do bordado. No entanto nos atrevemos a caminhar pelas ruas-discursos de Luanda, tomando como guias quatro romances de autoria de três autores per-

1. No movimento de des-velar a face africana de Luanda e, ao mesmo tempo expor as mazelas ocasionadas pelo colonialismo, os escritores angolanos elegerão, a partir dos anos 1950, como cenário privilegiado de sua ficção, os “musseques” luandenses (bairros pobres da periferia, habitados majoritariamente por negros) e, a partir de suas ruelas de areia e casas de adobe, recriarão simbolicamente a cidade. A produção literária que seguirá essa direção é tão significativa do ponto de vista qualitativo e quantitativo, que poderíamos mesmo falar de uma “prosa do musseque”.

tencentos ao macro-sistema das literaturas em português: o brasileiro *Luanda Beira Bahia* de Adonias Filho, o angolano *Nós, os do Makulusu*, de José Luandino Vieira e os portugueses *Os cus de Judas* e *As naus*, de Antonio Lobo Antunes.

A cidade folclorizada

Dos romances referidos, o que mais se distancia de uma visão problematizadora de Luanda é o texto brasileiro, ainda que a cidade possua presença decisiva na trama: é aí que o jovem brasileiro Caúla une-se à angolana Iuta e decide torná-la sua esposa e regressar ao Brasil. Os acontecimentos demonstrarão que esse amor é impossível, pois se apresenta o interdito do incesto quando eles descobrem, já na Bahia – terra natal do rapaz, serem ambos filhos de João Joanes, o pescador e marinheiro ruivo que a narrativa nos define como “pertencente a uma raça de navegadores”, “com o resto do sangue português, cedo fervendo” (p. 12).

A título de explicação do que afirmamos quanto à superficialidade de tratamento de Luanda, veja-se a seguinte descrição da cidade:

As divindades negras, à noite, enchem Luanda de mistério. Longe, de todos os lados, chegam os sons dos bendos, gomas e jimbambas. E, porque provocam sede e fome, bebem-se todos os vinhos e cervejas, malufu e quimbombo, come-se farinha do musseque com pucu. Estrelas baixas, vento maneiro, vinhos e comidas, as divindades atuam sem medo dos quimbandas. As quiandas, sereias que moram nas águas do mar, ajudam nessa preparação dos desejos. (p. 123)

Paz, alegria e uma nota de mistério oriunda das “divindades negras” desenharam o perfil da capital angolana. Alia-se a essa doce tranquilidade, uma festa dos sentidos, já que o tato (“vento maneiro”), a visão (“as estrelas baixas”), a audição (“de todos os lados chegam os sons”) e o gosto (“vinhos e comidas”), excitados sob a proteção dos deuses benéficos, encaminham à preparação dos desejos. Temos aí descrita a paisagem perfeita que qualquer agência de viagens exibiria em seus folhetos promocionais se quisesse atrair aos trópicos turistas ávidos em deleitar-se nos mares d’África.

Sob esse aspecto, o outro lado da moeda, ou seja, o musseque – a face mal afamada da cidade, com suas ruelas estreitas e sem iluminação nas quais amontoam-se os deserdados do colonialismo, recebe a mesma pintura idílica, compondo um quadro de irretocável beleza e sensualidade tropicais:

Fogo das estrelas mais forte que a luz nos musseques. Aí, com o casario anão em labirintos, plantados sem ordem como em todas as favelas, os negros ainda respiram a selva. Há terreiros e neles se reúnem para os massembas e os cantos que não chegam à cidade. Deitam-se muitas vezes na terra, e dormem debaixo do embondeiro, parte da noite com o mormaço e o silêncio. Fogueiras, se existem, podem retirar as mulheres das trevas. Quase nuas, mostrando os seios e os ventres, apenas de tangas, com jingondos nos pescoços, negras tão lindas são que as quiandas – as sereias de Luanda – estremeçam de ciúme no fundo do mar. (p. 40)

Ora, se tomássemos apenas a descrição do bairro sub-urbano de Luanda dada pelo narrador do texto brasileiro, ficaria difícil imaginar os conflitos e as contradições engendrados pelo colonialismo que propiciaram aos autores angolanos re-criar simbolicamente Luanda a partir das ruelas de areia, casas de adobe, miséria e resistência dos moradores dos musseques. Senão vejamos: no texto de Adonias Filho, as casas “dispostas em labirintos, como em todas as favelas”, são um acidente de que rapidamente o olhar se desvia, pois é mais forte o ar da selva que ali se respira, e curioso o sono profundo dos homens (causado pelos cantos e danças, não pelo trabalho...). Ao primitivismo dessa cena, a beleza das mulheres nuas. O paraíso, com certeza, não seria mais aliciante. É bem verdade que para caberem em tal quadro, as quiandas têm de se europeizar e transformarem-se em “sereias de Luanda”, quando, na verdade, dentro do panteão angolano, essas divindades “são como nós, cativam-se por nós, estão entre nós e, finalmente, velam por nós e pelas águas” (Duarte, 1989, p. 26). A troca sutil de nacionalidade das “sereias” (de africanas passam a europeias) indicia o ponto de onde se focaliza África e, pode-se afirmar com certeza, em face da paisagem apresentada, que ele não é a Luanda africana a qual foi palco do início da luta armada na então “África Portuguesa” (a 4 de fevereiro de 1961) e em cujos musseques ocorreram numerosos massacres em função da resistência dos seus moradores à política colonial portuguesa. É como se em *Luanda Beira Bahia* a história não existisse e, em decorrência, as contradições fossem magicamente apagadas.

Vista sob o ângulo da trama, a superficialidade do tratamento dado à capital de Angola explica-se na medida em que sutilmente o narrador vai empurrando-o em direção ao mítico e, portanto, interessa-lhe apenas alguns traços que permitam defini-la, no horizonte de expectativas do leitor brasileiro como “africana” (mesmo que seja uma visão estereotipada). A auxiliar tal operação, um certo esquematismo das personagens, a fim de que se estabeleça a semelhança entre a situação de Iuta e Caúla com a da colonização na América e na África, em que Portugal procurou “reproduzir-se” nos trópicos ao lançar-se às aventuras no Atlântico.

A cidade agônica

Bastante diverso do romance brasileiro, é o tratamento dado a Luanda no texto *Os cus de Judas*, de Lobo Antunes. Lançado seis anos após o término da guerra colonial, encontramos no livro uma crítica ácida ao colonialismo e a todo o episódio da guerra, através da fala de um narrador que servira no exército colonial em Angola e, a partir dessa experiência, destruíra sua vida.

Como ser solitário em meio a uma multidão silenciosa quer em Angola, quer em Portugal, onde o encontramos em um café a conversar com uma moça cujas réplicas não são transcritas no texto, o narrador não encontra quem lhe dê respostas, quem o faça compreender a “dolorosa aprendizagem da agonia” deixada pela guerra. Será pois sob o signo da solidão e da apatia que se dará a visão de Luanda:

As palmeiras que bordam a baía acenavam as rémiges das folhas em vôos preguiçosos, as traineiras abandonavam o cais arrotando o gasóleo do jantar, o neón dos cabarés da Ilha piscavam as pálpebras demasiado pintadas, em cujo chamamento ansioso ecoavam os apelos das mulheres das barracas de tiro do Parque Mayer (...) (p. 80)

É de novo a baía, as palmeiras, os pássaros brancos pernaltas, os cafés dos militares, os homens de pasta sebenta que trocavam dinheiro a vinte por cento nas esplanadas, o jogo de anca das mulatas, os engraxates, os aleijados, a indescritível miséria dos musseques, as putas do Bairro Marçal (...) cidade colonial pretensiosa e suja de que nunca gostei, gordura de umidade e de calor, detesto as tuas ruas sem destino, o teu Atlântico domesticado de barrela, o suor dos teus sovacos, o mau gosto estridente do teu luxo. Não te pertença nem me pertences, tudo em ti me repele, recuso que seja este o meu país (...) (p. 67-68)

A ambientação franca, para usarmos a terminologia de Osman Lins, coloca o leitor frente a uma paisagem de inércia e decrepitude: palmeiras preguiçosas, barcos que saem ao entardecer navegando por um mar “domesticado”, cabarés e suas prostitutas demasiadamente pintadas. Nenhuma “divindade negra” ajuda a “preparação dos sentidos” tal qual encontrávamos no texto brasileiro. Pelo contrário, a metonímia e a antropofomização complementam-se com a coprologia (arroto, imundícies, suor dos sovacos) que colocam a nu um universo de marginalizados miseráveis: putas, engraxates, aleijados. Todo um povo de mutilados que se vende para sobreviver.

A Luanda que emerge de *Os cus de Judas* revela a face obscura do colonialismo, a qual o narrador repele de forma peremptória (“recuso que seja este o meu país”):

(...) mundo-que-o-português-criou (...) estes luchases côncavos de fome que não entendem a língua, a doença do sono, o paludismo, a amebíase, a miséria (...) (p. 4)

Luanda apresenta, assim, não a face exótica e folclorizada de *Luanda Beira Bahia*, mas a dramática realidade do colonialismo: cinco séculos de dominação, a incomunicabilidade e as doenças.

As marcas dos vivos na cidade dos mortos

Apontando a mesma representação da tragédia da guerra e do colonialismo na Luanda dos anos 1970, temos o romance *Nós, os do Makulusu*, de José Luandino Vieira. Dos textos aqui focalizados, sem dúvida este é o mais complexo, ainda que sua fábula seja simples: Mais-Velho, personagem protagonista, cruza as ruas de Luanda no percurso que vai de sua casa ao cemitério onde será enterrado o corpo do irmão Maninho, engajado no exército colonial português e morto quando combatia os guerrilheiros nacionalistas angolanos.

O caminho percorrido por Mais-Velho vai desnudando ao leitor uma Luanda mescla de musseque e Baixa (bairro dos colonos), de sonho e realidade tornada pesadelo pela guerra colonial, de monumentos e misérias, do “antigamente” da infância e do presente de maturidade, sobrepondo planos, misturando ruas e tempos, re-velando o caráter simbólico da Luanda re-criada.

A partir desse emaranhado de lugares e de variadas vozes que se fazem presentes no discurso, compõe-se a consciência que outras personagens, além do narrador-protagonista, têm da morte de Maninho e os juízos que elaboram a respeito desse episódio, da guerra e do colonialismo. Dessa maneira, a fala de Mais-Velho constitui-se em um grande diálogo com várias personagens que adentram suas reflexões, questionando-as, refazendo-as e colocando-as sob outras perspectivas. Ou seja, cada acontecimento em *Nós, os do Makulusu* é dado não em uma, mas em várias perspectivas equivalentes e plenas, formando um todo dialógico que se mostra polifacetado ao leitor o qual, em última instância, constrói sua leitura e, a partir dela, os juízos valorativos e, em especial, a *sua* imagem de Luanda.

Não resta dúvida, no entanto, que a contraditória Luanda que emerge do texto de Luandino Vieira é uma cidade dilacerada, marcada pela morte e pela guerra, pelas injustiças, pelos

(...) caminhos corridos, cassuneiras, resíduos de água, cacimbas longe, visgo de mulembeira, alçapão de painço, musseques e musseques (...) (p. 126)

Uma Luanda em que se entrecruzam as frases da carta de doação de D. Sebastião a Paulo Diaz de Novais (“ponha na dita terra e capitania cem moradores cõ suas mulheres e filhos que entrem alguns lavradores com todas as sementes e plantas...” – p. 49), enunciados em quimbundo (“Mon’ami, mon’ami! Aiuê mon’ami, a-mujibila nê!” – p. 57), ou a recriação de versos do poeta português Antero de Quental (“Diante de mim, nítido, o velho sobrado do antigamente. Adormecido palácio e, de repente, abrem as portas” – p. 92), elaborando uma trama de significados e discursos em que se inscreve a trajetória de toda uma geração de angolanos: seus problemas, dúvidas, descaminhos e esperanças, emergindo desse todo heteróclito a busca de afirmação da identidade nacional, a partir do microcosmo do musseque Makulusu. Temos, destarte, o estilhaçamento de um espaço narrativo uno, pois a cidade que aí se apresenta é plural, focalizada sob numerosas perspectivas e, dos cacos de palavras ambíguas e de natureza várias, que apontam para o próprio ser multívoco do signo, constrói-se não uma Luanda repleta de paisagens de sonho translúcidas, mas sim a lucidez de um discurso opaco que procura as marcas da vida na cidade morta.

A cidade à revelia

O romance *As naus*, de Lobo Antunes, publicado em 1988, diferentemente dos textos focalizados até o momento, coloca-nos diante de uma visão carnavalizada de Luanda e de outras cidades fundadas pelos portugueses. O ponto de partida do romance, bastante curioso, é o regresso, a Lisboa, das naus das conquistas, após o 25 de Abril de 1974, quando rui o Império.

O caráter satírico do relato, que desenha um painel dos resultados das navegações através das histórias dos retornados dos mais disntantes pontos do Império destruído, investe de forma iconoclasta contra praticamente todos os vultos da história portuguesa do período da expansão: Vasco da Gama é um jogador trapaceiro, aposentado de uma fábrica de rótulos de cerveja; o padre Antônio Vieira é um beberrão, “expulso de todos os cabarés (...), discursando os seus sermões de ébrio” (p. 124); Diogo Cão, um velho ensandecido, contador de “umas pobres histórias inventadas de cômico velho que adormecia a babar-se no meio dos relatos e despertava berrando Galeão espanhol a bombordo, larga todo o pano e orça” (p. 151) e que trabalhara em Angola como fiscal da Companhia das Água; já Pedro Álvares Cabral é um desempregado cuja esposa mulata, para sustentar a família, prostitui-se até encontrar um amante rico e dono da maioria dos bordéus de Lisboa, o senhor Manoel de Sousa de Sepúlveda.

Nenhuma das figuras portuguesas de destaque na história das grandes navegações fica à margem da sanha paródica do texto, que faz com que todas se

encontrem em uma Lisboa caótica onde sábios genoveses, reis, marinheiros das caravelas e pilotos das aeronaves, cineastas espanhóis e poetas contemporâneos cruzem-se incessantemente, sob prédios em ruínas, em bondes superlotados, nos guichês da burocracia, em carruagens setecentistas, nos cabarés decadentes ou viajando por autopistas moderníssimas. É como se o Império Português, sofrido um cataclisma e, após um maremoto, todas as naus das conquistas ancorassem ao mesmo tempo no cais de Lisboa, e delas saíssem, ainda não de todo despertos de seus sonhos de “dilatara Fé e o Império”, os marinheiros e colonizadores dos séculos XV, XVI e XVII, misturando-se ao mundo contemporâneo.

Dessa forma, instaura-se a atmosfera de feira em praça pública, de carnavalização, onde o riso corrosivo destrói mitos e feitos heróicos, expondo ao sol da história revisitada os andrajes e sandices dos antigos conquistadores de impérios, as coroas de lata de Dom Manuel e Dom Sebastião, o brilho das pedras falsas dos anéis dos nobres vetustos e os piolhos de suas cabeleiras empoeiradas.

Nesse turbilhão que despreza a cronologia, cidades como Luanda, Bissau, Lourenço Marques, Macau, Praia ou Beira são flagradas no momento de sua autonomia da metrópole e focalizadas na perspectiva dos ex-conquistadores que as devem abandonar. Ocorre, porém, que essas personagens são retratadas como seres dignos de piedade, vivendo de glórias passadas, em uma existência degradada. Assim, do balanço da “missão civilizadora” colonial exercida por bêbados, usurários ou loucos, o saldo é a barbárie e as cidades fundadas por eles tornam-se o cenário de ruínas e abandono, conforme se observa na seguinte descrição de Luanda:

Dei uma volta pelos barracas abandonadas, invadidas por escorpiões, besoiros e trepadeiras selvagens, vi uma barca que se afastava na distância, vi dependurados nas mangueiras, os macacos de olhos humanos de Cabinda, vi os cabarés e os restaurantes de mariscos onde os caranguejos devoravam as vitrines vazias (...) (p. 197)

A destruição, todavia, não se circunscreve às cidades fundadas pelos conquistadores às margens do “Mar Português”, pois o colonialismo devora centro e periferia na mesma voragem de destruição mascarada de grandes feitos e, assim, Lisboa é também degradação e espaço em que uma vegetação alucinada ameaça a todos:

Ao aproximar-se da Rua do Norte, de regresso a casa, ouvia logo na praça (...) apesar dos motores das oficinas de ferragens (...) o sismo lunar das glicínias (...) que lutavam contra as tábuas das varandas na gula dos ovos de rola esquecidos nos telhados (p. 161)

(...) e a amazônia medicinal não cessar de crescer num ritmo de delírio, e os impedir de regressar mediante uma barragem de papoilas que rilhavam no patamar a monstruosidade dos dentes. (p. 164)

(...) um rodopio de casas sem destino, uma cavalgada de algerozes, de tapumes, de flechas de igreja e de ruas a quem as obras camarárias expunham as tripas dos esgotos sob um céu rebentado de pústulas de nuvens (p. 237)

Nesse sentido, a vegetação lisboeta compõe a mesma atmosfera de delírio das cidades coloniais com suas “trepadeiras selvagens” e a fúria dos animais peçonhentos e, certamente, indicam a conquista de todo o espaço urbano, onde devorarão os mitos/fantasmas que se enrodilham nos passos dos vivos, obstando-lhes os caminhos. Em sua avidez, destruirão *Lixboa* e *Luanda* (como todo o texto de Lobo Antunes grafa o nome das duas cidades, numa clara referência à escrita do período das conquistas).

Temos assim em *As naus* a cidade no momento de seu Ano Zero, no limiar de um novo tempo. Do antigamente, apenas as lembranças confusas de um velho louco, Diogo Cão; de um vagabundo que escreve oitavas heróicas nos cafés, Camões; de um desempregado, Pedro Álvares Cabral. Todas as naus portuguesas regressaram e, com seu último navegar, completa-se a queda do Império Português.

À guisa de conclusão

Conforme procuramos analisar, não é apenas a presença de Luanda em textos de diferentes sistemas literários que os aproxima, mas, principalmente, o fato de eles se construírem a partir de uma mesma indagação: a da identidade nacional. Nessa medida, as diferentes faces com que Luanda se apresenta nos romances analisados revela-nos preocupações com a singularidade frente ao mundo de fala portuguesa. Nas margens brasileiras do Atlântico, *Luanda Beira Bahia* tematiza Luanda como espaço de encontros e impasses que servirão de estopim a uma reflexão sobre a “brasilidade”, através da impossível felicidade do par amoroso Caula e Iuta (ele brasileiro, ela angolana, mas ambos filhos do mesmo pai marinheiro, com sangue português). Verifica-se uma tese curiosa que aponta a fraternidade das culturas americana e africana, mas a impossibilidade de consórcio de ambas, como a indicar que os caminhos de cada uma delas deve se dar no seu próprio continente, levando em consideração, no entanto, a filiação a Portugal.

Já o romance *Os cus de Judas*, focaliza a capital de Angola como um lento apodrecer dos sonhos de glória e conquista dos portugueses nos trópicos, realizando uma crítica às teses do luso-tropicalismo e, nessa medida, repelindo Luan-

da como “cidade portuguesa no além mar”, ao mesmo tempo em que questiona o ser português sob o colonialismo.

Com relação a *Nós, os do Makulusu*, a polifonia de vozes que se cruzam na Luanda destruída pelas mortes da guerra colonial e a construção de um discurso plural que indicia o nascimento de novos discursos para a cidade, aponta para uma “angolanidade” mescla de passado colonial e futuro de autonomia, de memória e ação, re-criando espaços e maneiras de estar e ser.

O texto *As naus*, por seu caráter iconoclasta, investe contra as “armas”, “os barões assinalados” e as “memórias valerosas” dos reis e navegadores das conquistas portuguesas, não deixando espaço para qualquer tipo de orgulho pelas façanhas realizadas por eles. Ao contrário: condenando satiricamente o colonialismo, reivindica uma nova leitura da história e, em decorrência, do real papel desempenhado pelas cidades portuguesas enquanto alargamento da “civilização”. Vale lembrar que a destruição de mitos proposta pelo texto de Lobo Antunes preserva, no entanto, com grande simpatia, os esquecidos em todo o processo colonial, ou seja, o “pobre povo” e, sob esse particular, aponta a direção em que o novo tempo deve seguir e a quem as cidades, re-criadas, devem acolher:

o vosso povo, (...) aquelas caras sérias lavradas pelo desengano da desgraça, aqueles olhos sem esperança, aquela roupa gasta, o povo que não esperava nada de Vós ou de mim por não esperar nada de ninguém nem de milagre algum e me fitava com a expressão sem expressão com que se observam os filhos antes de os entaiparem nas urnas, a vossa raça de heróis e marinheiros, majestade, a que definha de diarréia de leite de coco na Guiné, vagueia, a beber água choca, nas dunas de naufrágio de Moçambique e ferve nas tabernas da Madragoa e do Castelo a discutir histórias de escunas (...) (p. 188-189)